

## DEMOCRACIA E A VALORIZAÇÃO DA INVOLÁVEL DIGNIDADE DO SER HUMANO\*

DEMOCRACY AND THE VALORIZATION OF THE INVOLABLE DIGNITY OF THE HUMAN BEING

Wellington Santos\*\*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma perspectiva filosófica de Henri Bergson sobre a Democracia, destacando a importância da intuição e compreensão direta da experiência para entender os fenômenos sociais. Bergson analisa o instinto de guerra na sociedade fechada, propondo uma transição para uma sociedade aberta baseada em cooperação e reconhecimento da dignidade humana. Ele enfatiza a mística do amor como impulso transformador, requerendo intuição profunda e liberdade criativa. Bergson defende que a mudança não se dá apenas pelo pensamento intelectual, mas pela ampliação da consciência para superar o espírito guerreiro inerente ao ser humano. Destaca a necessidade de retorno à vida simples para superar injustiças e busca desenfreada por luxo. A ciência, para Bergson, pode guiar essa simplificação. O autor ressalta a importância do apelo do herói, indicando que a vida simples não significa privações, mas uma reorientação de prioridades. Bergson propõe que a busca pela simplicidade possibilita uma alegria autêntica, conexão profunda com a realidade e apreciação genuína da vida e das relações humanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** democracia, direitos humanos, moral aberta, simplicidade, guerra.

### ABSTRACT

This article aims to present Henri Bergson's philosophical perspective on Democracy, highlighting the importance of intuition and direct understanding of experience in order to understand social phenomena. Bergson analyzes the war instinct in the closed society, proposing a transition to an open society based on cooperation and recognition of human dignity. He emphasizes the mystique of love as a transformative impulse, requiring deep intuition and creative freedom. Bergson argues that change does not come about through intellectual thought alone, but by broadening consciousness to overcome the warrior spirit in he rent in human beings. He high lights the need to return to a simple life in order to overcome in justice and the unbridled pursuit of luxury. For Bergson, science can guide this simplification. The author emphasizes the importance of the hero's appeal, indicating that the simple life does not mean deprivation, but a reorientation of priorities. Bergson proposes that these arch for simplicity enables authentic joy, a deep connection with reality and a genuine appreciation of life and human relationships.

**KEYWORDS:** democracy, human rights, open morality, simplicity, war.

---

\* Artigo recebido em 15/11/2023 e aprovado para publicação em 20/04/2024

\*\* Doutorando e mestre em filosofia pela FAJE. Graduado em Filosofia e Teologia pela PUC Minas. Professor temporário do Departamento de Filosofia da PUC Minas. E-mail: [wellin.san@gmail.com](mailto:wellin.san@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Ao percorrermos os caminhos da busca pela paz e reconciliação nas sociedades, deparamo-nos com as reflexões instigantes de Bergson, que nos convidam a explorar a democracia como um antídoto vital para as amarras das sociedades fechadas. Nessa incursão filosófica, a democracia, ao distanciar-se notavelmente da natureza, emerge como um eco de abertura, rompendo com a autossuficiência das comunidades voltadas para si mesmas. Este texto explora a relevância crucial da democracia nesse processo de transformação, sublinhando seu potencial na promoção da dignidade humana e na expansão de horizontes outrora limitados.

Contudo, antes de nos aprofundarmos nas intrincadas nuances da democracia como sistema político ideal para sociedades abertas, é imperativo situar-nos historicamente. Bergson, durante seu tempo de vida, entre 1859 e 1941, oferece-nos uma perspectiva única sobre a transição da humanidade do estado de natureza para as democracias contemporâneas do século XX. Ao traçarmos o percurso desde as sociedades originais fechadas até os dias atuais, percebemos a acumulação de costumes, instituições e linguagem, embora a natureza persista como uma marca indelével. Bergson nos alerta para a falsa interpretação do progresso, ressaltando a confusão entre a tendência inata e os hábitos adquiridos pela educação, não pela hereditariedade.

Enquanto exploramos as reflexões de Bergson sobre o surgimento das democracias e sua intrínseca ligação com a guerra, deparamo-nos com um cenário desafiador. O filósofo, meticulosamente examinando a história política, destaca a demora da humanidade em abraçar a verdadeira democracia. Para Bergson, as democracias antigas, como as gregas, eram meramente ilusórias, permitindo violações dos direitos individuais e perpetuando injustiças sociais. Esse contexto histórico, permeado pelas guerras que profundamente marcaram a vida do autor, instiga uma análise aprofundada sobre a relação intrincada entre democracia e o espírito guerreiro.

Desdobrando as reflexões filosóficas de Bergson sobre a complexidade da sociedade humana, emergem suas ponderações sobre a necessidade premente de um regresso à simplicidade como antídoto para as dissonâncias sociais e a busca desenfreada por luxo e riquezas. Com sua agudeza característica, Bergson pinta um quadro no qual a sociedade fechada, guiada pelo instinto de guerra e competição desenfreada, contrasta com a visão de uma sociedade aberta, em que a cooperação e o amor são os pilares. Nesse

contexto, o filósofo aponta para a mística do amor como catalisador para uma transformação radical, culminando no retorno à simplicidade como um caminho para a paz e reconciliação.

## **1 A DEMOCRACIA COMO CAMINHO PARA O RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE HUMANA**

Percorrendo um itinerário, buscando indicar um caminho para a paz e a reconciliação das sociedades, tomaremos uma importante afirmação que Bergson faz. Ele diz que a democracia é a concepção política mais afastada da natureza e a que, pelo menos em intenção, transcende as condições da sociedade fechada. Essa afirmação se justifica pelo fato de que a democracia atribui à pessoa direitos inalienáveis; toca a Justiça Absoluta, como vimos acima, que reconhece o valor inviolável da pessoa. As constituições dos países democráticos têm, em suas primeiras linhas, a afirmação do reconhecimento da dignidade da pessoa humana, como um dever inalienável do Estado de Direito. O que indicamos aqui é o processo de abertura que se dá nas sociedades fechadas, que são voltadas para si mesmas, sem muito se preocupar com as outras, colocando-se em atitude de combate, prontas para atacar ou se defender. A democracia, como explicitou Bergson, tem um papel importante nesse processo de abertura.

Precisamos, contudo, compreender como as sociedades, saindo do estado de natureza, pelo uso da inteligência, chegam a esse salto de uma sociedade fechada, presa à obrigação, para uma sociedade que reconhece o valor de cada pessoa. Importante recordar que Bergson analisa a moral da sociedade classificando-a como Aberta e Fechada. A Moral Fechada é a da Sociedade Fechada, com uma supervalorização do “todo da obrigação”, em que as pessoas agem de acordo com essa obrigação, que encurva a sociedade sobre si mesma, em que a moral é tal porque tem de ser. A Moral Aberta é a ação moral regida pela inspiração; ainda que tenha nuances de obrigação, o sujeito age inspirado pelos heróis, pelos místicos, que o fazem buscando valorizar a vida da pessoa humana.

Veremos, agora, o surgimento das democracias e o papel do místico, do herói, na inspiração provocada, o que levou a saltos de abertura ao longo da história. Contudo, precisamos entender que esse processo de abertura não é definitivo. Bergson não sistematiza um processo pautado pela graduação dos níveis de fechamento ao de abertura. As sociedades fechadas, pela inspiração dos místicos e heróis, se abrem para o reconhecimento do valor da humanidade. Posteriormente, essa abertura dá espaço para o fechamento, e “uma parte do novo vazou-se no molde do antigo; a aspiração individual tornou-se pressão social; a

obrigação recobriu o todo” (Bergson, 2019, p. 284). O processo de abertura também não é cíclico, pois a cada movimento um tanto da abertura ou do fechamento foi assimilado pela sociedade. Bergson explicita que podemos tomar um dos momentos, de abertura ou fechamento, e defini-lo por um conceito, e os outros momentos anteriores terão em maior ou menor quantidade o que o conceito da última encerra. No entanto, só podemos fazer essa análise de forma retrospectiva, pois as mudanças que ocorrem são qualitativas e, com isso, imprevisíveis. Assim nosso autor diz sobre o processo de abertura e fechamento das sociedades:

Da sociedade fechada à sociedade aberta, da cidade à humanidade, nunca se passará por via de alargamento. Não são da mesma essência. A sociedade aberta é a que compreenderia em princípio a humanidade inteira. Sonhada, de longe em longe, por almas de elite, realiza alguma coisa de si mesma em sucessivas criações, cada uma das quais, por meio de uma transformação mais ou menos profunda do homem, permite superar dificuldades até então, inultrapassáveis. Mas, a seguir a cada uma delas, o círculo momentaneamente aberto volta a fechar-se (Bergson, 2019, p. 284).

Bergson nos aponta que parte do problema de compreensão sobre os processos de abertura e fechamento das sociedades está na própria compreensão sobre como representamos o movimento. Trazemos aqui o que já foi explicitado sobre a duração. A ilusão que se cria nesses processos está na forma de compreender o movimento como uma diminuição gradual do intervalo entre duas imobilidades, a de onde se parte e a do seu termo atingido. Nisso, temos a “impossibilidade de restabelecemos a mobilidade verdadeira, quer dizer, as aspirações e as pressões que constituem, indireta ou diretamente, a obrigação” (Bergson, 2019, p. 288).

### **1.1 Contextualização histórica, o surgimento das democracias**

Antes de aprofundarmos sobre a democracia, como o sistema político mais adequado das sociedades abertas, precisamos compreender como a sociedade humana saiu do estado de natureza até chegar às democracias atuais. Ao dizermos “atuais”, estamos nos referindo especificamente nas do tempo de vida do nosso autor, especialmente nas democracias do século XX, embora Henri Bergson tenha pertencido historicamente a dois séculos (1859-1941). Primeiro, temos que considerar que se voltássemos no tempo, fazendo um estudo sobre as sociedades, encontraríamos uma sociedade original fechada. O primeiro agrupamento que saiu das mãos da natureza, a que deu início à acumulação de aquisições sociais, mas que não perdeu sua condição de natural. A esse natural se acumularam os costumes, as instituições, a

linguagem, como próprias das aquisições morais, até chegar aos nossos dias. Contudo, a natureza não deixa de ser a marca preponderante na sociedade, pois ela é indestrutível. As aquisições recobrem a natureza. Até mesmo no homem primitivo, apesar de sua *camada de adquirido* seja menos espessa que a nossa. Bergson aponta que essas aquisições são transmitidas pela educação, de geração em geração, para evitarmos a ilusão de crer que elas são transmitidas por via da hereditariedade. Assim ele diz:

Mas tudo conspira no sentido de encorajar essa falsa interpretação: um amor-próprio mal colocado, um otimismo superficial, um desconhecimento da verdadeira natureza do progresso, enfim, e sobretudo, uma confusão muito difundida entre a tendência inata, que é de fato transmissível de pai para filho, e o hábito adquirido que veio muitas vezes enxertar-se na tendência natural (Bergson, 2019, p. 289-290).

Outra característica importante é a de que a natureza criou o homem para sociedades pequenas. Entretanto, ela abriu a porta para seu crescimento quando deixou a observância das indicações fornecidas por pequenas sociedades à nossa inteligência e à nossa vontade. Bergson diz que um dos fatores desse crescimento permitido pela natureza está na realidade da guerra, como algo querido pela natureza, ou antes, ela criou as condições para a vida do homem nas quais a guerra se torna inevitável.

Bergson se propôs a pensar sobre qual seria o regime de uma sociedade que saísse das mãos da natureza. Ele indica que o regime natural da sociedade é monárquico ou oligárquico, provavelmente as duas ao mesmo tempo. A pessoa precisa de um chefe. De um lado fica o comando absoluto e do outro a obediência absoluta. Aqui nosso autor retoma a semelhança das sociedades humanas primitivas às sociedades das abelhas. Ele diz:

O homem é inteligente e livre. Mas devemos ter sempre presente que a vida social se encontrava compreendida no plano de estrutura da espécie humana como no da abelha, que era necessária, que a natureza não pôde confiar-se exclusivamente nas nossas vontades livres, que por isso teve de fazer as coisas de maneira a que um só ou só alguns comandassem, enquanto os outros obedeciam (Bergson, 2019, p. 296).

Dessa imagem, Bergson destaca que nas sociedades das abelhas a diversidade das funções está ligada à sua organização, na função que cada indivíduo tem dentro dessa sociedade. Já nas sociedades humanas está ligada mais na ordem psíquica. Ele nomeia essas características como polimorfismo, presente no mundo dos insetos, e dimorfismo, próprio da sociedade humana. Há no homem a tendência de um chefe com o instinto de comandar, e um

súdito pronto para obedecer, ao mesmo tempo, apesar de predominar essa segunda tendência. Vimos, nesta explanação, como se inicia o progresso das sociedades.

No mais, consideramos importante fazer um breve histórico da unidade entre democracia e dignidade humana, ajudados pelo grande filósofo Henrique Cláudio de Lima Vaz<sup>1</sup> (1988, p. 11), que faz uma proposição contundente em consonância à nossa pesquisa, “que afirma ser a democracia, no plano político a expressão mais adequada da dignidade humana”. Vaz nos recorda que estes dois termos estão em níveis conceituais diferentes: a democracia é um conceito político; a dignidade humana, um conceito ético. Portanto, a relação que se pode explicar entre Ética e Política é ontológica, por ter seu lugar entre o ser e o fenômeno, entre a essência e sua manifestação. Ao pesquisar sobre essa relação no pensamento ético e político do Ocidente, Lima Vaz se deparou com um paradoxo: “De uma parte, temos o pensamento clássico que admite uma profunda unidade entre Ética e Política. Doutra parte, apresenta-se o pensamento político moderno que, inaugurado por Maquiavel, desenvolve-se acentuando sempre mais a separação entre Ética e Política” (Vaz, 1988, p. 11). A divergência entre o clássico e o moderno, razão desse paradoxo, fica mais evidente quando se constata que na filosofia política clássica, que é um prolongamento da Ética, não encontramos nenhuma teoria que busque estabelecer a relação entre a dignidade humana e a democracia. Já no pensamento político moderno, que acentua a cisão entre Ética e Política, já surgem teorias que começam a formular essa relação.

A questão que se evidencia nesse paradoxo pode ser considerada um problema semântico. Está na forma como o significado e o uso dos termos Ética e Política se modificaram no decorrer da história, alterando o sentido dado pela tradição clássica. Esse paradoxo surgiu quando as estruturas do universo ético e político do homem clássico desabaram. Estruturas que eram fundamentadas na ideia de uma teoria da justiça, que definia que a ação política era a mais elevada forma do agir ético. Lima Vaz (1988, p. 12) diz que:

Com a crise e o abandono dessa concepção o indivíduo se vê só e sem direção para o seu agir, tendo perdido o *télos* da ação moral e o meio para alcançá-lo – a ideia da virtude – e o *télos* da política e o meio para alcançá-lo – a ideia de justiça. Resta-lhe,

---

<sup>1</sup> Henrique Cláudio de Lima Vaz, filósofo e teólogo brasileiro, padre Jesuíta e professor da Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte (FAJE), nascido em 1921 e falecido em 2002. Ele é considerado uma das principais figuras da filosofia no Brasil e um dos mais importantes representantes da corrente filosófica conhecida como existencialismo cristão. Lima Vaz dedicou-se ao estudo e à reflexão filosófica, explorando temas como a existência humana, a liberdade, a ética e a relação entre filosofia e teologia. Ele buscou integrar a filosofia existencialista europeia, particularmente a influência de pensadores como Martin Heidegger e Gabriel Marcel, com a perspectiva da fé cristã. Sua obra abrange diversos campos, incluindo a filosofia da cultura, a ética, a teologia filosófica e a filosofia política.

então, estabelecer o seu Eu – ou a sua autonomia – como fundamento último do seu agir e encontrar a forma política na qual esse Eu – ou essa autonomia – se reencontram intactos na aparente alienação da vida social.

É justamente isso, o Eu como fundamento do seu agir e a forma política desse Eu na relação da vida social, que Lima Vaz define como democracia, segundo a acepção moderna deste termo. Aqui encontramos os pressupostos que igualam democracia e dignidade humana, tal como foi consagrada pelo pensamento político liberal. A *volonté générale*<sup>2</sup> de Rousseau expressa eloquentemente essa relação entre o indivíduo (Eu) e a democracia (Eu e vida social), pois essa relação postula a identidade consensual entre a vontade de todos e a vontade de cada um, entre o “nós” e o “eu”. A ideia clássica de democracia não se constituiu a partir da relação entre o eu e o nós, na articulação da vida política e social, como forma de satisfação das suas necessidades pessoais e reconhecimento de sua dignidade, no reconhecimento de seus direitos fundamentais. Ainda que o mundo antigo tenha conhecido a ideia do indivíduo livre e em busca de fazer triunfar os seus interesses e ambições, especialmente pelo platonismo e aristotelismo, essa teoria acabou caminhando para o ocaso, pois essas filosofias tinham como objetivo a regeneração da *pólis*. Elas foram construídas em torno da relação entre as virtudes dos cidadãos e ordem da comunidade, constituindo-se como uma Ética Política.

O período helenístico, ainda que apresentando a ideia do *cosmos* como *pólis* universal ligada à ideia de lei natural, não influenciou diretamente sobre a ideia de democracia. Foi na Idade Média com os teólogos medievais, especialmente retomando Santo Agostinho, que o universalismo da salvação cristã passou a ser confrontado com a realidade política. Contudo, vale destacar que as tentativas de conceituar a ideia de democracia à luz dos ensinamentos da doutrina cristã são recentes. Situando-se, sobretudo, na perspectiva das profundas mudanças econômicas, sociais e políticas das sociedades liberais do Ocidente, nos últimos dois séculos.

A relação entre democracia e dignidade humana na modernidade pode ser destacada em dois momentos: na formação do moderno Estado de Direito, com seu início nas monarquias nacionais europeias a partir do século XII, que foi evidenciando o problema de fundamento do Poder e solucionado quando as Declarações de Direito da Humanidade afirmaram que o fundamento do Poder está no povo; e quando o povo passa a ter uma crescente representação e participação nas esferas de poder, acontecido no curso do século

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Jean-Jacques Rousseau na sua obra *O contrato social*, publicado em 1762. Traduzido como “vontade geral”, esse conceito ao lado do de “contrato social”, foram decisivos para fundamentar a ideia de democracia, substituindo a ideia de monarquia, em que prevalecia a “vontade do rei ou monarca”.

XIX, formando as modernas democracias de massa. Lima Vaz destaca que a característica mais visível dessas democracias é a instituição do sufrágio universal<sup>3</sup>.

## 2 A DEMOCRACIA E A GUERRA

Em consonância com o que vimos acima, no que diz respeito ao surgimento das democracias, apontamos que Bergson reconhecia que a sociedade demorou a chegar à democracia. Ele destaca que as democracias das sociedades antigas, as gregas, por exemplo, se apresentavam como falsas, pois permitiam a violação dos direitos da pessoa enquanto indivíduo, separando a sociedade em classes, admitindo a escravidão e outros abusos. Ele diz:

Compreende-se, portanto, que a humanidade só tarde tenha chegado à democracia (porque foram falsas democracias as cidades antigas, edificadas sobre a escravatura, desembaraçadas por meio dessa iniquidade fundamental dos problemas maiores e mais angustiantes). De todas as concepções políticas é ela, na realidade, a mais afastada da natureza, a única que transcende, pelo menos em intenção, as condições da sociedade fechada. Atribui ao homem direitos invioláveis (Bergson, 2019, p. 299).

Mesmo tardia na história da humanidade, Bergson defende que a democracia é a concepção política que mais se afasta da natureza, justamente por reconhecer o direito das pessoas, que é inviolável. Defesa que nosso autor faz ciente da realidade política do seu tempo, em que as democracias não manifestavam toda a potencialidade que elas tinham. Nisso ele destaca que, pelo menos em intenção, a democracia transcende as sociedades fechadas. Havia o reconhecimento dos direitos das pessoas, elas apresentavam esse ideal em suas constituições, mas se perdiam nas guerras. É importante lembrar que nosso autor viveu os horrores da Primeira Guerra Mundial e morreu no decurso da Segunda Guerra Mundial.

Ainda no âmbito de uma democracia teórica, Bergson aponta que os direitos do homem, para se manterem inviolados, exigem de todas as pessoas uma observância inalterável ao dever. Ele pensa em um homem ideal, respeitador dos outros como de si

---

<sup>3</sup> O sufrágio universal, que é o direito de voto para todos os cidadãos adultos, independentemente de gênero, raça, religião ou propriedade, foi instituído em diferentes países e em momentos distintos ao longo da história. A primeira nação a adotar o sufrágio universal foi a República Francesa, durante a Revolução Francesa em 1792. No entanto, é importante ressaltar que, naquela época, nem todas as pessoas eram consideradas cidadãos com direito ao voto, como mulheres e certos grupos sociais. Ao longo dos séculos XIX e XX, muitos países gradualmente expandiram o direito de voto para abranger um número maior de pessoas. É importante observar que, apesar do sufrágio universal, ainda existem países onde restrições ao direito de voto permanecem ou onde a igualdade de acesso ao voto é um desafio. O processo de alcançar a universalidade do sufrágio tem sido um caminho gradual e contínuo em muitas nações ao redor do mundo.

mesmo, de forma absoluta, de tal maneira que não se pode dizer se é o dever que confere o direito da pessoa ou o direito que impõe um dever à pessoa. Bergson usa uma expressão de Kant<sup>4</sup> para falar dessa relação, dizendo que o cidadão é legislador e súdito ao mesmo tempo. Nessa perspectiva, o povo, como conjunto dos cidadãos, é soberano. Esse povo conclama a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Bergson diz que as duas primeiras são irmãs inimigas, e que a fraternidade seria capaz de reconciliar a liberdade e a igualdade, justamente lembrando a elas que são irmãs. Ele destaca que a fraternidade é essencial e a que nos permite dizer que a democracia tem essência evangélica, em que o amor é o motor que a propulsiona. Contudo, destaca nosso autor, temos de tomar a democracia simplesmente como um ideal, como uma direção para a qual precisamos encaminhar a humanidade. Isto porque a democracia surge no mundo moderno por meio de protesto; uma revolução para se afastar do que era, uma realidade de domínio, de pessoas passando fome, de injustiças entre as classes sociais. As fórmulas democráticas modernas ressentiram-se de sua origem, instalando-se no comodismo para impedir, rejeitar, derrubar. Na perspectiva de um ideal, Bergson aponta que a submissão aos interesses particulares macula a intenção da democracia como defensora do interesse geral. “Sobretudo, só se tornam aplicáveis se as transpusermos, absolutas e quase evangélicas, em termos de moralidade puramente relativa, ou antes, de interesse geral; e a transposição corre sempre o risco de introduzir uma inflexão no sentido dos interesses particulares” (Bergson, 2019, p. 301).

A guerra ou o espírito de guerra está na constituição das sociedades, entendendo essa constituição como fatos que se combinam e compõem a fisionomia guerreira do indivíduo atuante no tecido social. Fisionomia encontrada na introversão, hierarquia, autoridade absoluta de um chefe, tudo isso tomado como disciplina que explicita esse espírito guerreiro. Henri Bergson (2019, p. 303) tem uma frase muito instigante: “O instinto guerreiro é tão forte

---

<sup>4</sup> Na filosofia de Immanuel Kant, os termos “legislador” e “súdito” desempenham papéis fundamentais na compreensão da ética e da política. Kant desenvolveu sua filosofia moral com base em um sistema de imperativos categóricos, princípios éticos universais que devem ser seguidos independentemente das circunstâncias. Nesse contexto, o legislador e o súdito descrevem as posições e as responsabilidades dentro de um sistema moral e político. Para Kant, o legislador é aquele que estabelece as leis morais e éticas, sendo responsável por definir os princípios universais que todos devem seguir. Por outro lado, o súdito é aquele que está sujeito às leis morais estabelecidas pelo legislador. O súdito é o indivíduo moralmente obrigado a agir de acordo com os princípios universais estabelecidos pelo legislador. É o papel do súdito cumprir os deveres morais de maneira autônoma, agindo de acordo com a razão prática e em conformidade com a lei moral. Kant enfatiza a importância da autonomia moral do súdito, ou seja, a capacidade de agir de acordo com sua própria razão e não apenas obedecer cegamente a um conjunto de regras externas; e que o súdito deve agir por dever, por respeito à lei moral, e não por interesse próprio ou inclinação. A ética kantiana valoriza a autonomia moral do indivíduo como uma expressão da dignidade humana. O legislador representa a fonte da moralidade, enquanto o súdito é chamado a agir autonomamente de acordo com essas leis, expressando sua dignidade moral com ser racional.

que é o primeiro a aparecer quando rasgamos a crosta da civilização em busca da natureza”. Esse instinto está gravado na natureza humana. Quando são retirados os elementos civilizatórios acumulados ao longo das gerações, logo se encontra esse instinto. A natureza, ao dotar a espécie humana com atitudes e movimentos que têm sua estrutura e prolongamento na guerra, revela uma inclinação em direção a esse fenômeno. Essa inclinação se torna ainda mais evidente quando compreendemos que a natureza concedeu ao homem uma inteligência fabricadora. Para os outros animais, a natureza os dotou de instrumentos que determinam a constituição de suas sociedades, a das abelhas e formigas, por exemplo. Ao homem, a natureza o dotou de capacidade de construir seus próprios instrumentos. Estes são de propriedade do homem, enquanto deles tem necessidade. Uma vez que esses instrumentos não são uma extensão natural de seu ser, é possível que eles lhes sejam retirados. A propriedade, seja individual ou coletiva, se torna um dos motivos de combate: por instrumentos de caça, direito sobre florestas, lagos, rios, terras, mulheres, escravos, quando o homem começa a sair do estado de natureza. Sempre há uma forma de justificar tal expropriação do bem do outro e consequente combate. Bergson aponta outras causas essenciais, mais modernas, que podem levar as nações para a guerra: aumento da população, perda de vias de escoamento, privação de combustível e de matérias-primas.

Outro fator relacionado à guerra é a exaltação do povo frente a esses combates; a glória vivida pelos povos que triunfaram. Isso surge como uma reação defensiva contra o medo, como forma de estimular a coragem. Nasce, assim, o sentimento de se ter nascido para os combates, para as aventuras, ou melhor, para os riscos dessas aventuras, “como se a paz não fosse mais que uma pausa entre duas guerras” (Bergson, 2019, p. 303). Contudo, a exultação logo cede lugar ao sofrimento que a guerra gera, como os extermínios de povos, a destruição de cidades, a possibilidade de morte real ou iminente nas regiões em combate. Bergson destaca, no entanto, o fato curioso de como as pessoas esquecem esses sofrimentos nos tempos de paz. Ele recorre à metáfora da mulher que dá à luz, sugerindo que a natureza lhe concedeu um mecanismo de esquecimento das dores do parto, permitindo que ela não se sinta amedrontada a ponto de evitar uma nova gestação devido às dores experimentadas na primeira.

A natureza, ainda, toma outra precaução que continua a inclinar o homem para guerra. A de fazer com que todo estrangeiro fosse visto como um inimigo natural a ser combatido. A natureza “interpôs entre os estrangeiros e nós um véu habilmente tecido de ignorâncias, de prevenções e de preconceitos” (Bergson, 2019, p. 304). Para superar esse preconceito Bergson

diz que a educação seria capaz de extingui-lo em um só golpe. Conhecer a literatura, a arte, assimilar aspectos dessa civilização estrangeira criaria o ambiente para que o diálogo fosse estabelecido, e outros caminhos fossem encontrados. A guerra não sairia do horizonte da humanidade, mas seria relegada a um segundo plano.

Aquele que conhece a fundo a língua e a literatura de um povo não pode ser completamente seu inimigo. Deveríamos tê-lo presente quando pedimos à educação que prepare um entendimento entre as nações. O domínio de uma língua estrangeira, tornando possível uma impregnação do espírito pela literatura e pela civilização correspondentes, pode fazer cair de um só golpe a prevenção querida pela natureza contra o estrangeiro em geral (Bergson, 2019, p. 305).

Todavia, considerando os aspectos que a natureza deixou como precaução no homem, que justamente o inclina para a guerra, devemos nos perguntar se esses fatos seguirão seu curso sempre da mesma forma, tendo como resultado guerras e mais guerras. Bergson afirma que não, pois homens nomeados como benfeitores da humanidade têm vindo se interpor a isso. Um exemplo disso foram as pessoas que fundaram a Sociedade das Nações<sup>5</sup>. Bergson entendeu que esse passo trouxe resultados promissores, para além do que se podia esperar. Porém, apontou que a Sociedade das Nações teria como maior obstáculo o profundo instinto de guerra que recobre a civilização. Tanto que ela não alcançou plenamente seu objetivo, que era evitar a Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>5</sup> A Sociedade das Nações (em inglês, League of Nations) foi uma organização internacional criada após a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de promover a cooperação, a paz e a segurança mundial. Sua criação foi proposta pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, como parte de seus Quatorze Pontos para a paz. A ideia de estabelecer uma organização internacional para evitar futuros conflitos armados ganhou força durante a Conferência de Paz de Paris, realizada em 1919, como parte do processo de negociação do Tratado de Versalhes. O objetivo principal era prevenir guerras futuras por meio do diálogo, da diplomacia e da resolução pacífica de disputas. A Sociedade das Nações foi oficialmente fundada em 10 de janeiro de 1920, com a assinatura do Pacto da Liga das Nações pelos países participantes. O órgão central da organização era a Assembleia Geral, na qual todos os membros tinham representação e direito de voto. Além disso, havia um Conselho, composto por membros permanentes (Reino Unido, França, Itália, Japão) e membros rotativos eleitos, que tinham poderes para tomar decisões e lidar com questões urgentes. No entanto, a eficácia da Liga das Nações foi prejudicada por várias razões. Algumas das grandes potências, como os Estados Unidos, não aderiram à organização, enfraquecendo seu impacto global. Além disso, a Liga enfrentou desafios para impor suas decisões, especialmente quando se tratava de conflitos armados, como as agressões da Itália à Etiópia e da Alemanha à Tchecoslováquia. Apesar de suas limitações, a Sociedade das Nações desempenhou um papel importante ao estabelecer as bases para o desenvolvimento posterior da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi fundada em 1945. A Liga serviu como uma experiência precursora e contribuiu para o desenvolvimento do sistema internacional moderno de cooperação e diplomacia para promover a paz e a segurança mundial. Henri Bergson, nosso autor, teve uma atuação notável na Sociedade das Nações. Ele foi nomeado para o Comitê de Intelectuais pela Paz, comissão criada em 1926. Sua participação na Sociedade das Nações refletiu seu compromisso com a paz, a justiça e a busca de soluções pacíficas para os conflitos internacionais. Ele via essa organização como uma plataforma para promover o diálogo e a colaboração entre os países, com o objetivo de evitar a guerra e estabelecer a paz duradoura.

### 3 UM REGRESSO À SIMPLICIDADE

A partir da perspectiva filosófica de Henri Bergson, apresentada acima, buscamos entender a importância da intuição e da compreensão da experiência direta para abarcar plenamente os fenômenos sociais. Ao considerar o instinto de guerra como uma tendência presente na sociedade fechada, Bergson sugere que essa tendência está enraizada em um modo de funcionamento social que pode ser caracterizado por uma mentalidade mais rígida, marcada por divisões e conflitos. A sociedade fechada, nesse sentido, pode ser vista como um sistema que valoriza a diferenciação e a competição, resultando em tendências de guerra e conflito. No entanto, Bergson também apontaria para a possibilidade de uma mudança em direção a uma sociedade mais aberta, na qual os fundamentos da sociedade fechada são questionados e superados. A sociedade que se abre, de acordo com a visão de Bergson, seria aquela que valoriza a cooperação, a compreensão mútua e o reconhecimento da dignidade absoluta da pessoa e da interconexão de todos os seres humanos, movidos pelo impulso do amor, como uma inspiração dos místicos ou heróis que alargam os limites da sociedade, promovendo o salto para a sociedade aberta. Bergson valoriza a mística do amor que gera um movimento de atitudes, de ideias e de instituições que traduzem, ainda que de forma mais estática, na aparência do que é fechado, a dignidade absoluta da pessoa humana.

Bergson enfatizou que essa mudança não pode ser alcançada apenas por meio do pensamento intelectual ou da imposição de sistemas externos. Em vez disso, ele acreditava na importância de uma intuição profunda, na sintonia com o fluxo vital da experiência – o *elã vital* – e na busca de uma autêntica liberdade criativa. A filosofia de Bergson delineia para nós o objetivo de encontrar uma abordagem que reprimiria e contornaria o instinto de guerra, buscando transformar a sociedade fechada em uma sociedade aberta. Esse processo exigiria uma profunda mudança de perspectiva, uma ampliação da consciência e uma reorientação dos valores sociais, com base na compreensão da unidade e na superação dos conflitos em favor da paz e da cooperação. Temos que este caminho se dá pelo retorno possível à vida simples.

Uma afirmação contundente do nosso autor permite-nos falar de como é possível esse retorno a um estilo de vida com simplicidade, como forma de superar as injustiças, abrindo espaço para a paz e reconciliação. A guerra sairia do horizonte da humanidade, quando a vida simples eclipsar a nossa vontade por bens materiais e luxo. Bergson (2019, p. 310) diz que “a mística está incontestavelmente na origem das grandes transformações morais”. A mística é evocada por nosso autor relacionada a um modo de vida mais austero. Isso como contraponto

à sede cada vez maior que a humanidade manifesta em relação ao prazer, ao luxo e às riquezas. São como forças irresistíveis que lançam a pessoa violentamente à busca de satisfação dos seus desejos. Todavia, essa busca incessante por um gozo ininterrupto encontra em si mesmo a sua contradição. Pois, o intenso prazer oriundo da satisfação do ganho daquilo que buscara torna-se logo enfadonho, cansativo. São raras as situações em que o ganho confere aquilo que prometera. Fato que leva a nossa sociedade contemporânea a um consumismo exacerbado, sem limites. Todavia, o desejo de conforto e de luxo tornou-se a preocupação principal da humanidade. O conforto e o luxo são, inclusive, referenciais para separar as pessoas em classes sociais.

As pessoas, afirma Bergson, começaram a aspirar a uma vida dedicada aos bens materiais a partir do século XV ou do século XVI, com o advento da modernidade, pela industrialização. A habilidade fabricadora, que nos é dada pela inteligência, logo começou a alimentar o mercado de bens de luxo e a seduzir as pessoas nessa busca por satisfazer seu desejo. Durante toda a Idade Média prevaleceu um ideal de ascetismo. A vida campesina, característica marcante desse período da história, colocava as pessoas num mesmo patamar, quanto ao apego aos bens materiais. Durante a Idade Média, tanto os indivíduos ricos quanto os pobres não consideravam essenciais muitos dos itens supérfluos que atualmente consideramos necessidades básicas. Independentemente da sua condição social, as pessoas daquela época levavam uma vida mais simplificada, quando as prioridades eram diferentes das nossas atuais. Assim evidencia nosso autor, duas tendências que se delineiam na história, a da busca desenfreada pelo luxo, pela riqueza, pelos bens materiais e a da satisfação com as coisas simples:

Havia, para toda gente, uma falta de conforto que nos surpreende. Ricos e pobres dispensavam coisas supérfluas que nós temos por necessidades. Houve quem tenha feito notar que, se o senhor vivia melhor do que o camponês, devemos por isso entender, sobretudo, que se alimentava mais abundantemente. Quanto ao resto, a diferença era estreita (Bergson, 2019, p. 318).

Essas duas tendências que se sucederam nos permitem presumir que se tenha uma tendência primordial, em que se originam as duas outras, que são opostas. Para elucidar a questão, Bergson usa como exemplo o pensamento socrático, que foi seguido em dois sentidos contrários, mas que eram complementares à doutrina pensada por Sócrates quando busca entender o que é a felicidade. Desses dois sentidos saíram as doutrinas cirenaica e

cínica<sup>6</sup>: uma ansiava por um maior número possível de satisfações e a outra que aprendêssemos a dispensá-las. Essas doutrinas se prolongaram no epicurismo e no estoicismo, por meio de seus dois princípios opostos, relaxamento e tensão. Bergson (2019, p. 319-320) diz que

a verdade é que os dois princípios estão no fundo da ideia que sempre se fez da felicidade. Designa-se por esta última palavra qualquer coisa de complexo e de confuso, um desses conceitos que a humanidade quis deixar no vago para que cada um o determinasse à sua maneira.

Bergson faz uma provocação à ciência dizendo que ela poderia mostrar o caminho para uma simplificação da vida. Ele esclarece apontando que a física e a química têm multiplicado as nossas necessidades, ajudando indiretamente a satisfazer nossos desejos. Ao que a fisiologia e a medicina revelariam o quão perigoso é essa multiplicação das coisas ditas supérfluas à vida. Nesse sentido, ele faz uma projeção para o futuro, o tempo que vivemos, dizendo que a ciência nos esclareceria sobre as implicações da complexidade que se tornou a vida humana. Em tempos atuais de uma reflexão cada vez mais acentuada sobre a ecologia integral, Bergson soa como nosso contemporâneo ao apontar que a simples reforma da nossa alimentação traria uma repercussão em vários níveis da vivência humana, como na indústria, no comércio, na agricultura. Estes seriam amplamente simplificados, dando um respiro à nossa Casa Comum<sup>7</sup>. Se a prioridade fosse a natureza, aponta Bergson, depressa nós deixaríamos de lado as exigências de sentido genérico. Essa inversão de prioridades, que poderia ser alcançada pela simplificação das coisas da vida, se torna motivo de esperança

<sup>6</sup> A doutrina cirenaica e a doutrina cínica são duas escolas filosóficas da Grécia Antiga que apresentavam diferentes perspectivas sobre a ética e o modo de vida. A doutrina cirenaica, fundada por Aristipo de Cirene, concentra-se na busca do prazer imediato como o objetivo principal da vida. Os cirenaicos acreditavam que o prazer sensorial e a ausência de dor eram os únicos bens intrínsecos. Eles enfatizavam a gratificação dos desejos individuais e defendiam a ideia de que o prazer momentâneo deveria ser buscado sem restrições morais ou sociais. Os cirenaicos enfatizavam a importância de aproveitar o presente, vivendo no momento e buscando prazeres sensoriais intensos. Por outro lado, a doutrina cínica, atribuída a Antístenes e mais tarde desenvolvida por Diógenes de Sínope, tinha uma abordagem radicalmente diferente. Os cínicos rejeitavam as convenções sociais, as normas e as instituições da época, acreditando que a virtude estava em viver de acordo com a natureza. Eles desprezavam a riqueza, o poder, o status social e todas as formas de luxo material, optando por uma vida simples e autossuficiente. Os cínicos buscavam a liberdade interior e a autenticidade, e eram conhecidos por sua postura desprezada em relação aos bens materiais.

<sup>7</sup> A Casa Comum é um conceito defendido pelo Papa Francisco em sua encíclica *Laudato Si'*, publicada em 2015. Ela se refere à nossa casa compartilhada, a Terra, e a necessidade de cuidar do meio ambiente e de todas as formas de vida nela contidas. O Papa Francisco destaca a interconexão entre os problemas sociais, econômicos e ambientais que enfrentamos, e enfatiza a responsabilidade de todos em proteger e preservar o planeta para as gerações futuras. A Casa Comum também chama a atenção para a importância de uma ecologia integral, que envolve a promoção do desenvolvimento sustentável, a justiça social e a solidariedade global. O conceito da Casa Comum do Papa Francisco busca inspirar ações individuais e coletivas em prol do cuidado com o meio ambiente e da promoção de um mundo mais justo e equilibrado.

quando concretizada. Em contraste com uma necessidade sempre crescente de satisfação pelo luxo e riquezas, a esperança surgiria como alento a indicar uma transformação que tornaria a vida mais simples e séria ao mesmo tempo.

A necessidade sempre crescente de bem-estar, a sede de diversão, o gosto desenfreado pelo luxo, tudo o que nos inspira uma tão grande inquietação quanto ao futuro da humanidade, porque esta nisso parece descobrir satisfações sólidas, tudo isso se revelará como um balão que furiosamente se enche de ar e que a seguir desinchará também de uma vez só (Bergson, 2019, p. 323).

Temos, contudo, seguindo o raciocínio do nosso autor, que a ciência não cessará o seu constante progresso, trazendo a satisfação ao luxo e a riqueza de alguns como uma consequência. Tampouco, haverá uma supressão do industrialismo, ao que Bergson chama de maquinismo. As máquinas prestaram um serviço às pessoas, trazendo o desenvolvimento, porém nos desviaram para uma excessiva necessidade de bens artificiais, nos impelindo à busca pelo luxo, satisfazendo em demasia os prazeres. Também distanciou as relações entre o patrão e o operário, entre o capital e o trabalho, entre os ricos e os pobres. “Seria necessário que a humanidade empreendesse a simplificação da sua existência com tanto frenesim como aquele que pôs em complicá-la” (Bergson, 2019, p. 328). Esse empreendimento seria facilitado pelo misticismo verdadeiro, completo e atuante, que atraia o ascetismo. Seria uma aspiração a difundir-se em função da caridade, que é sua essência. Surge, aqui, a necessidade de que se destaquem na humanidade gênios místicos, nas palavras de Bergson, que arrastem atrás de si a humanidade. Chegamos ao apelo do herói. Um apelo que surge como uma inspiração, “nem todos seguiremos, mas todos sentiremos que deveríamos fazê-lo e conheceremos o caminho que alargaremos, se por ele passarmos” (Bergson, 2019, p. 333).

O apelo do herói, do místico é o passo que permite a humanidade dar um salto, abrindo-se. A moral fechada passa a dar lugar a uma moral aberta. A sociedade fechada vê resplandecer uma sociedade aberta. Contudo, nos recorda Bergson, “não contemos demasiado com o aparecimento de uma grande alma privilegiada. À falta dela, outras influências poderiam desviar a nossa atenção das bagatelas que nos divertem e das miragens em torno às quais nos batemos” (Bergson, 2019, p. 333). A vida simples emerge como ideal acessível, que geraria alegria na humanidade. Nessa perspectiva, o prazer, a busca desenfreada pelo luxo e riquezas, seria eclipsado por essa alegria. Contudo, apontamos que para Bergson, a simplicidade, que gera essa alegria, não significa necessariamente um retorno a um estado primitivo ou a uma vida de privações, mas sim uma reorientação de nossas prioridades e uma

valorização do tempo presente. Isso nos permitiria ter uma vida mais autêntica e intuitiva, podendo encontrar uma verdadeira satisfação e uma conexão mais profunda com a realidade. O retorno à vida simples é uma forma de superar a excessiva racionalidade e o domínio do intelecto sobre a experiência humana. Ao buscar a simplicidade, podemos abrir espaço para uma apreciação mais genuína da vida, da natureza e das relações humanas, permitindo-nos experimentar a plenitude do momento presente e a vitalidade do fluxo da duração. “Alegria seria, com efeito, a simplicidade de vida que propagaria no mundo uma intuição mística difusa, alegria, ainda, o que se seguiria a uma visão do Além numa experiência científica alargada” (Bergson, 2019, p. 338).

## CONCLUSÃO

Ao navegarmos pelos intrincados caminhos das reflexões de Bergson sobre a dinâmica de abertura e fechamento nas sociedades, somos confrontados com a complexidade desse processo. A democracia surge como catalisador desse dinamismo, possibilitando a expansão do reconhecimento humano. No entanto, Bergson nos alerta para a não linearidade desse trajeto, oscilando entre abertura e fechamento. A sociedade aberta, vislumbrada como aquela que compreenderia a humanidade como um todo, enfrenta desafios constantes, vendo-se, após cada avanço, retornar temporariamente ao abraço do fechamento. Bergson nos instiga a transcender ilusões sobre a representação do movimento, compreendendo que a verdadeira mobilidade está nas aspirações e pressões que moldam, direta ou indiretamente, a obrigação social. Na trama da história, a democracia persiste como farol, apontando para a possibilidade de uma sociedade mais aberta, mas ciente de que a jornada é tão imprevisível quanto a natureza humana.

A análise bergsoniana sobre o surgimento das sociedades e a evolução política nos conduz a uma reflexão profunda sobre a natureza humana e suas inclinações inatas. Ao explorar a ideia de um regime natural inicialmente monárquico ou oligárquico, Bergson ressalta a complexidade das relações sociais, apontando para a necessidade de líderes e seguidores. Sua maestria emerge ao conectar o polimorfismo nas sociedades das abelhas ao dimorfismo inerente às sociedades humanas, destacando a complexidade psíquica que molda as funções sociais. Ao avançarmos na história da relação entre democracia e dignidade humana, guiados por Henri Bergson e Henrique Cláudio de Lima Vaz, a tensão entre Ética e Política revela-se como um paradoxo semântico. A democracia moderna se torna a expressão

mais adequada da dignidade humana, desafiando as fronteiras entre ética e política, oferecendo uma visão mais profunda da complexidade humana ao longo dos séculos.

Bergson, testemunhando as guerras mundiais, confronta-nos com a contradição intrínseca à democracia. Mesmo reconhecendo-a como a concepção política mais distante da natureza, ele destaca a ambivalência das democracias reais, que, embora reconheçam os direitos individuais, muitas vezes sucumbem à espiral da guerra. Nesse enigma político, Bergson vislumbra a democracia como um ideal místico, alimentado pela fraternidade e pelo amor, elementos essenciais para reconciliar a liberdade e a igualdade. Ele pondera sobre a imperfeição das democracias existentes, apontando para a distorção dos ideais democráticos quando subjugados aos interesses particulares. Bergson, no entanto, nos convida a vislumbrar a possibilidade de transformação, sugerindo que, embora a guerra esteja gravada na natureza humana, há esperança na capacidade de educação e diálogo para moldar um futuro mais pacífico.

Na sua análise perspicaz, Bergson não apenas critica as tendências contemporâneas de busca incessante por prazeres efêmeros e a crescente obsessão por bens materiais, mas também oferece uma visão de esperança. O retorno à simplicidade, para ele, não é uma mera nostalgia, mas uma chamada para uma mudança profunda na perspectiva e nos valores fundamentais da sociedade. Ao lançar mão da mística do amor como agente transformador, Bergson destaca a necessidade de uma mudança interior, uma revolução nas atitudes e valores que transcenda as imposições externas. A esperança reside na compreensão de que a simplificação da vida não apenas pacificaria os conflitos sociais, mas também promoveria uma verdadeira alegria. Contudo, Bergson não ignora os desafios inerentes a esse processo. A sociedade contemporânea exige uma transformação profunda, e a ciência tem um papel vital nesse despertar. Ao seguirmos as trilhas da reflexão de Bergson, somos desafiados a repensar nossas escolhas individuais e coletivas, considerando a possibilidade de um retorno à simplicidade como um movimento necessário para forjar um futuro mais harmonioso e autêntico. Em última análise, Bergson nos convida a adotar uma postura de misticismo verdadeiro, em que a simplicidade de vida não seja apenas um gesto simbólico, mas uma fonte de alegria duradoura e uma transformação profunda na forma como concebemos a existência.

## REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **As duas fontes da moral e da religião**. Lisboa: Edições 70, 2019.

VAZ, Henrique Claudio de Lima. Democracia e dignidade humana. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 15, n. 44, p. 11-25, 1988. Disponível em:  
<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1881/2186>. Acesso em: 05 mai. 2023.